

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TÉCNICAS E MATERIAIS DE
PESQUISA PRESENTES NOS ESTUDOS EM GEOGRAFIA
POLÍTICA: ALGUMAS REFLEXÕES**

VANESSA TEIXEIRA & MÁRCIA DA SILVA

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.2: 491-512, maio, 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/49006/34033>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

TÉCNICAS E MATERIAIS DE PESQUISA EM ESTUDOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

VANESSA TEIXEIRA¹MÁRCIA DA SILVA²

RESUMO

Este artigo se propõe a trazer uma visão geral a respeito das técnicas de pesquisa utilizadas em estudos da Geografia Política, com base na produção científica mais recente (2009-2014), sob o prisma dos trabalhos publicados nos *Anais* do Simpósio Nacional de Geografia Política e do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO). Metodologicamente, para a elaboração deste artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma revisão teórico-conceitual, utilizando fontes de pesquisa como artigos científicos, periódicos, e análise documental para compreender tais questões. Devemos lembrar que, para esta análise, foi preciso criar alguns critérios para não ocultar ao máximo algumas técnicas de pesquisas presentes nos estudos. Assim, inicialmente, optou-se pela identificação das técnicas de pesquisa apresentadas pelo próprio autor do artigo junto aos seus procedimentos metodológicos. Posteriormente, quando inexistia referência às técnicas nos trabalhos, procedeu-se a leitura e identificação no corpo do texto. Diante disso, as análises realizadas foram cuidadosamente tabuladas e colocadas em tabela conforme as técnicas utilizadas apareciam em cada um dos estudos. De um total de 418 trabalhos analisados, três técnicas apareceram significativamente: 27,5% fez uso principalmente de trabalho de campo, 22% de entrevista e 8,1% de observação participante. Entendemos que cada uma possui um papel preponderante aos estudos da Geografia Política, o que amplia a capacidade de compreensão do fenômeno político, mas que não elimina ou limita as demais possibilidades contemporâneas de técnicas de pesquisa.

Palavras-chave: Geografia Política; Técnicas de pesquisa; Anais.

INTRODUÇÃO

Os estudos científicos são marcados pelo uso de diferentes técnicas de pesquisa, e é por meio das técnicas, tanto qualitativas como quantitativas, que se alcançam inúmeras possibilidades de coleta de dados e informações (GIL, 2008).

Dadas essas colocações iniciais, as técnicas “exercem um importante papel nos processos de produção científica, auxiliando na obtenção e sistematização de informações que irão subsidiar os argumentos, atribuindo-lhes consistência e objetividade” em trabalho científico (VENTURI, 2012, p.167). Embora, ainda que costumeiramente, se associe o trabalho científico ao trabalho técnico, Venturi (2012)

1 Mestranda pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) em Guarapuava - PR. E-mail: vanessateixeira1904@hotmail.com.

2 Profª. Drª. da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava, no Paraná. E-mail: smarcias@superig.com.br

aponta a diferença entre ambos: o trabalho científico se encontra vinculado a um processo de pesquisa conduzida por um método, diferentemente de um trabalho técnico, que é promovido por técnicas que buscam um fim específico, desvinculado de um estudo estruturado à prática de uso.

Cabe situar assim, que o uso “das técnicas possibilita obter dados sobre a realidade que embasarão os caminhos percorridos pelo método” (VENTURI, 2012, p. 69) que, diante do tipo de investigação que se pretende fazer, se altera. Em se tratando dos estudos geográficos, as escolhas pressupõem a melhor técnica operacional possível para se atingir um destino e alcançar os resultados, selecionando-as de acordo com a natureza do assunto estudado. Considera-se ainda que, devido às particularidades de cada subárea da Geografia, adotam-se diferentes métodos e técnicas de análise, as quais venham a possibilitar uma maior flexibilidade para a realização de cada pesquisa e que possam auxiliar na organização das informações que subsidiarão o trabalho. .

Vemos assim que pensar nas técnicas e materiais de pesquisas nos estudos geográficos – neste estudo, especificamente, a Geografia Política – é remeter-se a um amplo conjunto de possibilidades de usos e procedimentos de que o pesquisador vem se apropriando para seus estudos tendo em vista colaborar para uma reflexão teórica e prática das relações, eventos, processos, e fenômenos políticos em que se especializam. Entre essas técnicas, estão questionários, entrevistas, observação, coleta documental, trabalho de campo e história oral, entre outros. Dentro da concepção de Alves (2008), “as técnicas de análise em uma pesquisa servem para coletar, extrair e elucidar informações de determinados objetos”, encontram-se vinculadas ao objetivo e às hipóteses dentro da problemática preestabelecida, ou seja, encontram-se sistematizadas (VENTURI, 2012). Ainda segundo este autor, elas contribuem para reduzir as subjetividades.

Para tanto, este artigo se propõe a contribuir com uma possível interpretação das técnicas de pesquisa presentes em estudos ligados às abordagens da Geografia Política a partir da produção científica mais recente, compreendidas no período de 2009 a 2014, por meio da análise dos Anais das três edições do Simpósio Nacional de Geografia Política e dos Anais da primeira edição do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – tendo em vista que esses eventos retratam a riqueza de detalhes, informações e elementos que são explorados pelos pesquisadores do país voltados às abordagens da Geografia Política.

Vale ressaltar que não é nossa finalidade identificar quais técnicas de pesquisa são exclusivas de um dado campo científico em relação aos outros, e tampouco tratar a Geografia Política como detentora de técnicas próprias para seus estudos, uma vez que reconhecemos a mesma como, de fato, parte da Geografia, possuidora em seu conjunto de técnicas de pesquisa que dão suporte e ordem na execução para compreender suas problemáticas – e nada impede que outras sejam acrescentadas. Contudo, existem muitas técnicas de que os geógrafos fazem uso mas que são adequadas para coletar dados em uma natureza mais qualitativa ou quantitativa na Geografia Humana (ALVES, 2008).

Desse modo, não estamos assumindo um papel de oposição aos demais elementos que compõem um trabalho científico, mas almejamos dar uma visibilidade a um dos elementos que é, por excelência, parte fundamental de uma pesquisa que, muitas vezes, encontra-se oculta na disseminação dos trabalhos ou recebe um tratamento individual, ficando desprovida de discussões com referência à dimensão metodológica.

Frente a isso, este estudo está longe de tratar unicamente de uma determinada técnica de pesquisa e de uma discussão em tendências metodológicas, métodos ou teorias utilizadas pelos estudos, mas cabe salientar que se reconhece o fato dos métodos terem, entre seus objetivos, o de proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e precisão dos trabalhos; e especificamente, oferecem orientações para a realização da pesquisa (GIL, 2008).

Assim, dentro do campo da Geografia Política no Brasil, buscou-se evidenciar e trazer para o debate um panorama e/ou identificar sob quais técnicas os estudos têm se apoiado e, com isso, dialogar sobre a relevância do seu uso em estudos científicos, tendo em vista que as questões que se colocam à Geografia Política contemporânea são muito mais amplas do que aquelas que inspiraram seus fundadores no final do século XIX (CASTRO, 2005), sabendo que o cenário atual é acompanhado por um excesso de ações, relações e forças que modelam o espaço e criam novos territórios. Esses fatos que transcorrem e ultrapassam fronteiras se materializam mundialmente e, assim, a dimensão política quase sempre está presente.

Os países se encontram envolvidos por dramas políticos, com resistências aos movimentos sociais e políticos, fortes divisões territoriais e desigualdades (CASTRO, 2005), com base em um sistema ideológico que busca conformar as relações dos indivíduos e, ainda, com forte atuação do Estado e governos. Atuação essa que modela sociedades no alcance das “relações assimétricas, ora curtas, outras unem pontos mais distantes” (CLAVAL, 1979, p. 8), o que faz das técnicas de pesquisas um dos meios, por excelência, de visualização do político no aspecto espacial – aliás, realidades socioespaciais muito distintas no país.

Frente a essas questões, este artigo está dividido em três grandes momentos. Em um primeiro, apresentam-se apontamentos e embasamentos sobre os estudos que compõem a Geografia Política. O segundo consiste em uma discussão sobre algumas das principais técnicas de pesquisa presentes nos estudos geográficos, suas características, vantagens e limitações. No terceiro momento, analisa-se quais técnicas de pesquisas são encontradas dentro dos estudos da Geografia Política, levando-se em consideração que muitos trabalhos não se limitaram ao uso exclusivo de uma única técnica e fizeram o emprego de duas ou mais. Esse fato é justificado pela natureza da pesquisa, recortes espaciais, temporais e temáticos.

Nessa direção, torna-se premente ressaltar, que acreditamos que o emprego de mais de uma técnica de pesquisa ao estudo, explica satisfatoriamente a complexidade espacial construída das relações e fenômenos políticos no espaço Geográfico e uma melhor necessidade de compreender tais questões que se coloca em suas problemáticas de pesquisa.

GEOGRAFIA POLÍTICA E O USO DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

A Geografia Política se preocupa com uma análise da política e do território pelas relações de poder, uma análise de como os fenômenos políticos territorializam e recortam o espaço significativo das relações sociais, de interesses, de conflitos e de dominação (CASTRO, 2005). Estuda os fenômenos políticos em uma abordagem geográfica, suas implicações, que proporcionam capacidades na organização e estratégias na sociedade e atuam em várias dimensões no espaço. Tomada como uma subárea clássica da Geografia, vem atualizando significativamente sua agenda em pesquisas nos últimos anos. Seu legado conceitual ainda se encontra presente, mas com novas questões e problemáticas conforme as transformações do mundo atual, e incorporando discussões conceituais importantes (CASTRO, 2013).

Em se tratando da visão de Raffestin (1993), a Geografia Política é concebida como Geografia das relações de poder ou de poderes – nesse caso, a expressão “geografia do poder” compete melhor. Essa discussão ganhou uma grande consideração em decorrência da “preocupação de produzir uma Geografia Política que dê conta das novas e complexas formas de exercício de poder em sua relação com o espaço, do que simplesmente com o Estado” (COSTA, 2000, p. 24). Assim, Raffestin deu maior ênfase a outros atores que atuam na relação sociedade e território além do Estado, o que mostra o caráter de várias relações de poder presentes no cenário, determinadas pelas mais diferentes ações humanas. Junto a isso, uma escala de atores sociais que atuam para articular ações e seus interesses (RAFFESTIN, 1993). Nessa perspectiva, a Geografia Política não deve se “desprender das coisas cotidianas, e deve estar constantemente voltada para a, produção do mundo ‘que nos inunda e nos submerge’” (RAFFESTIN, 1993, p.268).

No estudo, *The nature and scope of political geography* publicado em 1986, Paul Claval define de modo amplo que a Geografia Política estuda condições espaciais e territoriais, os aspectos e consequências de processos de decisão quando se tratam de bens coletivos e afetam outras pessoas ou grupos (CLAVAL, 2005, p.1). Nessa situação, Claval vê a Geografia Política como o estudo das dimensões de poder das relações sociais e suas correlações espaciais, o que permite uma observação sobre os sistemas políticos nas sociedades, o papel das redes, os problemas políticos contemporâneos, a ação do Estado, o surgimento de novos estilos de identidade, a ameaça de terrorismo, a natureza de governos e as relações internacionais que se metamorfoseiam (CLAVAL, 2005).

Esses dois pesquisadores, Paul Claval e Claude Raffestin, deram significativos passos para a abordagem da Geografia Política sob um ângulo do poder, recusando-se a reduzir seus estudos unicamente ao Estado, fato possível ao se perceber a existência do poder em outras formas e evidenciarem-se outras organizações e suas territorialidades. Contudo, ao mesmo tempo em que se analisa suas contribuições, não devemos entendê-las desvinculadas do contexto histórico de sua época e, conseqüentemente, não devemos submetê-las enquanto um produto condicionado por uma determinada estrutura ou contexto histórico.

Essas obras demonstraram uma dupla transformação nesse campo de co-

nhcimento por volta da década de 1980. De um lado, tem-se uma nova preocupação sobre as relações de poder pela proliferação de elementos ao novo caráter do espaço, que se reinventava de acordo com as novas formas de ação comandadas por atores individuais e institucionais sobre ele, e pelas mudanças na organização política em escalas múltiplas, acompanhando o surgimento de novos conjuntos geopolíticos e fronteiras, ou seu desaparecimento. Do outro lado, o desafio em propor estudos verticalizados sobre a natureza do poder.

Para Sanguim (1977, p.22), a “Geografia Política apresenta uma concepção dinâmica onde o espaço político, não é mais considerado como uma estrutura rígida, mas onde as atividades evoluem”. Vale ressaltar que, apesar de muitas vezes confundida com os temas da Ciência Política pelo fato de terem ramificações em comum, deve-se ultrapassar essas contrariedades, pois a Geografia Política é, de fato, uma verdadeira subárea da ciência geográfica, com centros de interesses radicalmente diversos da Ciência Política (SANGUIM, 1977).

Miyamoto (2014, p.17) complementa que “entre os conceitos-chave da Ciência Política, o Estado e o poder ocupam lugar de proeminência, ainda que sob rubricas e interpretações teóricas bastante diferenciadas”. A esse respeito, a Ciência Política trata-se por um campo científico que Bobbio (1987) avalia por uma investigação sistemática de fenômenos e estruturas políticas – isto é, de relações e dinâmicas entre os indivíduos e atores no contexto político – amparada por um conjunto racional de fatos e argumentos. Como se verifica, este autor prioriza três elementos para seus estudos: o Estado, as instituições políticas e as teorias.

Assim, a Ciência Política, como investigação no campo da vida política, atribui capacidade de responder a três condições básicas:

a) o princípio de verificação ou de falsificação como critério da aceitabilidade dos seus resultados; b) o uso de técnicas de razão que permitam dar uma exemplificação causal em sentido forte ou menos em sentido fraco do fenômeno investigado; c) a abstenção e abstinência de juízos de valor, assim, chamada de ‘avaloratividade’ (BOBBIO, 1987, p. 55).

Tendo em vista essas questões, de modo geral, a Ciência Política prioriza uma investigação da política como resultante das interações de diferentes grupos, segmentos e classes. Já em relação ao segmento administrativo, seus estudos recaem no aparelho do Estado e na constituição de uma estrutura normativa conforme diferentes períodos históricos (MELAZZO, 2010).

Assim, é visto que aos estudos da Geografia Política cabe, além das análises das formas aparentes (relações políticas e de poder, discurso, etc.), uma análise profunda do fenômeno político que provoca ações no espaço. Ações essas, cheias de significados, interesses, conflitos e estratégias. É principalmente a partir do cenário em que se encontra atualmente, e pelas rápidas mudanças que vêm ocorrendo na organização política e nas relações de poder no espaço, que a Geografia Política está longe de desconsiderar tais dimensões e aponta para uma inserção

de novas direções, desafios e perspectivas. Os temas que compõem a gestão administrativa interna dos espaços nacionais em seus vários níveis são problemáticas presentes nas discussões: a organização do poder público, o problema da autonomia regional e local, o comportamento político eleitoral das diversas regiões, os fenômenos políticos e os modos como eles se territorializam, respondendo aos desafios dos fenômenos em escalas múltiplas e as novas formas de lutas e constatações, lutas sociais, etc. (COSTA, 2010[1992]).

Nota-se que, ao geógrafo político, cabe “indagar sobre os atores e as condições em que estes espaços são construídos” (CASTRO, 2005, p. 282). Nos estudos vinculados à política na dimensão do espaço, o geógrafo não deve estar separado, bem como nas interpretações dos fatos políticos em seus diferentes momentos e escalas (CASTRO, 2005).

De todo modo, tendo em vista essas características, e longe de fazer retorno aos fundamentos da Geografia Política em sua fase clássica e tão pouco refletirmos minuciosamente sobre suas trajetórias em estudos até os dias atuais, como alguns renomados autores já fizeram em seus instigantes estudos (aliás, obras dignas de serem lidas), vemos que esse campo da Geografia, ao contrário de outros períodos da história, tem hoje em seus estudos uma dedicação especial por parte dos pesquisadores sobre “a articulação espacial dos grupos, as redes que os une, as fronteiras que os separa, pelos domínios por onde se estendem” (CLAVAL, 1979, p. 7). Colocação essa de [crítica] Claval que, naquele momento, foi em resposta às poucas pesquisas que traziam ao debate tais elementos.

Portanto, atualmente, estudar e refletir muitas das questões da Geografia Política significa ampliar seu escopo de análise das relações sobre o espaço, dar uma maior visibilidade a determinados fenômenos. Os novos atores não devem ser aprisionados pelos limites institucionais do Estado (CASTRO, 2005), dissolver “verdades” materializadas com fortes laços ideológicos e/ou se colocarem “naturalizados” pela própria sociedade.

Diante dessa complexidade de questões que se fazem presente a essa área do conhecimento, apresentamos algumas técnicas de pesquisa que auxiliam as articulação e interpretação dos sujeitos acerca do fenômeno político, visto que, direta ou indiretamente, todas elas refletem para contribuir na problemática da pesquisa.

A) TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo é uma das várias técnicas utilizadas na leitura do espaço geográfico. É uma investigação que o pesquisador faz em termos das transformações e relações no espaço, representando uma realidade empírica e sua caracterização tendo em vista que está submetida às dinâmicas da que eleger estudar, e auxiliando na concretização do objetivo proposto como também na busca da compreensão da problemática de sua investigação. Assim, compreende que o trabalho de campo “requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar” (SERPA, 2006, p.9).

O trabalho de campo, aqui, é entendido como técnica e não como método, em concordância com Venturri (2008), uma vez que, em outras ciências, a exemplo da Antropologia, onde “ao trabalharem com pesquisa participante, consideram o campo como um método que comporta um conjunto de técnicas utilizadas de acordo com objetivos específicos.” (VENTURI, 2008, p. 76).

Autores como Lakatos (2002) apresentam, em suas análises, os benefícios e fragilidades do trabalho de campo. Em linhas gerais, trata-se de uma técnica que contribui para obtenção de informações e identificação de características sobre o problema levantado na pesquisa e suas relações espaciais. Dentro de uma perspectiva geográfica, é um instrumento que permite reconhecer o objeto – observação do meio – e quando junto ao método de investigação, possibilita a inserção do pesquisador à dinâmica espacial (SUERTEGARAY, 2002). Coloca-se, assim, diante de uma articulação sujeito e objeto.

É a partir disso que o trabalho de campo representa o contato direto com a realidade tal como se apresenta, constitui ao geógrafo a ação de observar e interpretar, enquanto sujeito, outro sujeito, atores, fenômenos sociais e práticas materializadas, simbólicas ou imateriais e que se encontram em constante modificação.

O trabalho de campo, apesar de ser uma técnica de pesquisa, também oferece a possibilidade de fazer o uso de instrumentos diversos – muitas vezes, encontra-se indissociável ao uso de outras técnicas. Na concepção de Serpa (2006, p. 10) “o trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a idéia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a idéia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões”.

Tendo em vista as características e elementos do trabalho de campo, sob o viés de Gobbi; Pessoa (2009, p. 486), o mesmo:

[...] numa pesquisa geográfica, não pode concentrar-se somente na coleta de dados que sejam expressos por meio de percentuais, tabelas e gráficos [...] é necessário extrair dos envolvidos, num determinado processo ocorrente, elementos relacionados às suas visões de mundo, seus hábitos.

No contexto dessa discussão a “maior parte dos geógrafos concorda com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia” (MARCOS, 2006, p.104). Do mesmo modo, enquanto instrumento de pesquisa científica, é o “momento em que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e obriga a estarmos atentos, de modo a que nada fuja à investigação” (MARCOS, 2006, p.106).

B) ENTREVISTA

Essa é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado ao passo de formulação de perguntas com o objetivo de obtenção de dados para sua investigação – uma forma de “diálogo assimétrico” (GIL, 2008). Existem varias formas de entrevista, podendo ser estruturadas em entrevista informal, com pau-

ta, focalizada, e formalizada; e dividindo-se em abertas, semiestruturadas, estruturadas ou mistas, focais, história oral, projetiva e, ainda, entrevista com base no método Q (pauta-se em estabelecer relações sobre a opinião ou sobre a impressão dos respondentes, ao que se refere uma determinada amostra).

A adoção de cada uma delas se difere de acordo com o objeto de cada pesquisa, a problemática e a viabilidade. Dessa maneira, a entrevista é uma técnica por excelência na Geografia, mas também se encontra adotada em outros campos.

Entre as vantagens do seu uso nas pesquisas, podemos elencar que possibilita a obtenção de dados referentes aos diversos aspectos da vida social: os dados obtidos são suscetíveis tanto de classificação quanto de quantificação; a pessoa entrevistada não, necessariamente, precisa saber ler, e pode manifestar seu ponto de vista; há uma maior flexibilidade na exposição de respostas; e outros (ALMEIDA; FERREIRA, 2009). No entanto, a entrevista possui limitações ou desvantagens, como, por exemplo, a falta de motivação por parte do entrevistado em confiar respostas em relação às perguntas feitas; e respostas conscientes ou inconscientemente falsas – um modo possível de perceber isso é pelas expressões corporais do entrevistado quando questionado, pela tonalidade de voz e pela ênfase nas respostas (GIL, 2008).

C) OBSERVAÇÃO: SIMPLES, PARTICIPANTE E SISTEMÁTICA

A observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa, utilizada de forma exclusiva ou em conjunto a outras técnicas (GIL, 2008), principalmente ao trabalho de campo. A observação está longe de ser o simples ato de olhar. Trata-se de absorver o que “está além da aparência, ou seja, buscar a essência.” (MATOS; PESSÔAS, 2009, p. 284). Assim, na obtenção de dados, se dá pela utilização dos sentidos – ver, ouvir, examinar fatos e fenômenos – aos aspectos da realidade do recorte da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Encontra-se classificada por alguns autores em três seguimentos, sendo as observações simples, participante e sistemática. A observação simples é aquela em que o pesquisador permanece alheio à comunidade ou grupo que pretende estudar, observa de maneira “espontânea” os fatos que ali ocorrem (GIL, 2008).

Já a observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade ou outra situação, uma observação ativa, assumindo um papel de “membro” (GIL, 2008). É uma vivência mais efetiva e de participação constante junto aos sujeitos, tendo em seu conjunto três situações: a preparação de inserção do pesquisador aos grupos / comunidade estudada; sua convivência; e a coleta de dados / informações.

Um elemento característico resultante dessa operacionalização de obtenção de dados é a possibilidade de identificação de fenômenos ou situações que não seriam percebidos quando olhados de fora, isto é, sem essa ligação próxima pelo pesquisador – como é o caso da observação simples, a exemplo de uma análise da territorialidade presente na organização política de um assentamento ou grupo indígena, ou também dos tipos de conflitos e contradições com a implantação

de grandes projetos no território brasileiro que alteram os modos de reprodução social dos sujeitos (PALUDO, 2013).

A observação sistemática, ainda que, para alguns autores, tenha outras designações (estruturada, planejada, controlada), consiste em uma descrição precisa dos fenômenos ou hipóteses. O pesquisador precisa estabelecer um plano que determine o que deve ser observado e as suas formas de registro (GIL, 2008). De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p.193) a observação sistemática “realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos”.

Somam-se a isso algumas vantagens e desvantagens ao seu uso. Em termos positivos, os fatos são percebidos diretamente, sem intermediação. Quanto às desvantagens, muitas vezes está o fato de que a presença do pesquisador desenvolve ou estimula alterações no comportamento dos observados (GIL, 2008).

D) QUESTIONÁRIO

O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões abertas, fechadas ou mistas. São apresentadas por escrito e submetidas a certo número de pessoas para conhecimento de opiniões, interesses, etc. Nesse sentido, diferencia-se do formulário, que se fundamenta em uma série de questões ordenadas sucessivamente e relacionadas com o objeto de estudo e que, de forma geral, tem como principal diferença a formulação das perguntas feitas oralmente, e o preenchimento das respostas feito pelo próprio investigador (FACHIN, 2006).

Sendo assim, do ponto de vista das vantagens e limitações, com base na análise de Gil (2008), verifica-se com o questionário a possibilidade de atingir um grande número de pessoas, ter o anonimato nas respostas, abranger uma área geográfica mais ampla, conseguir respostas mais precisas e correr menos risco de distorção em relação a influência do pesquisador, entre outros pontos. Já as suas limitações se encontram relacionadas, por exemplo, à exclusão de pessoas que não sabem ler, o auxílio ao informante quando não entendem as perguntas (pode influenciar na resposta obtida) etc.

E) ANÁLISE DO DISCURSO

O discurso, em muitos casos de forma injusta, passa a ser relacionado e/ou entendido a uma teorização vazia de significados reais e empíricos, na qual a atividade intelectual se isola. (SILVA, 2009, p.99).

Em se tratando de uma análise geográfica, entendemos o discurso como um elemento que está para além da fala ou do texto escrito, um elemento que produz sentidos. Assim, o discurso não é texto, mas o texto se inscreve em um determinado discurso (SILVA; ZANOLLI, 2011). Alguns autores trabalham a análise do discurso como um elemento que necessita de questões linguísticas para existência material, mas encontra-se inserido no social.

Para Lefevre (2003), o discurso implica uma exterioridade à língua, envolve questões de natureza não estritamente linguística. Dessa forma, sua análise deve ser pensada em ultrapassar as linhas da literatura textual ou de uma fala, mas não deve

estar desvinculada do fator histórico, do contexto em que o discurso está sendo usado.

O discurso revela uma nova condição sobre o sujeito, resulta em uma construção, não deixa transparecer seus processos e sentidos, investiga a inserção histórica e ideológica desse sujeito. Conforme Silva (2009, p. 99), “o objetivo da análise do discurso é encontrar o ponto em que a inscrição ideológica revele os efeitos de sentidos, ou seja, que transponha os limites da literalidade lingüística e encontre as condições sócio-históricas de produção do que se anuncia”.

Segundo o autor (ibid, p. 99), o “objetivo da análise do discurso é encontrar o ponto em que a inscrição ideológica revele os efeitos de sentidos”. Dito de outra forma, a análise do discurso “se apropria da linguística, principalmente desestabilizando o aspecto de subjetividade arrolado pelas teorias da enunciação, isto é, o sujeito falante” (ibid., p.101). Constitui-se na interpretação dos sujeitos falados, compreensão da sociedade por meio da linguagem.

Vê-se que a análise discursiva ambienta, para as problemáticas da Geografia Política, e tendo em vista os discursos midiáticos, as diversas instâncias políticas sobre a produção social que atualmente vêm se materializando aos poucos como parte de seu vocabulário geográfico. Parte, principalmente, com base na identificação das ideias centrais retiradas do discurso de um sujeito. Assim, encontra-se envolvida em uma investigação da materialidade do discurso.

O discurso remete a um elemento analítico fundamental, “presente, de forma perspicaz, nos objetos de divulgação social, na manifestação de diferentes formas de poder e se transformando, convenientemente, através do tempo” (SILVA, 2005, p.39). Partindo disso, o discurso se faz pertinente ao pensá-lo além do escrito, ouvido e sentido, produz, efeitos de poder, controle, faz com que alguns elementos sejam ordenados de certo jeito e apreende, ainda, a realidade, além de exercer um papel nas práticas sociais (SILVA, 2005).

Segundo Silva (2009, p. 112) a análise do discurso “não se interessa particularmente a equacionar extensão e representatividade, pois não tem propósitos quantitativos, ao contrario da análise de conteúdo”. Portanto, “com a análise do discurso, verifica-se que a palavra por si mesma não tem significado; o sentido é-lhe atribuído por um conjunto de referências que dizem respeito as condições produtivas da enunciação” (ibid., p.116).

F) ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo Santos e Ramires (2009, p.163), a análise de conteúdo é uma técnica que existe há mais de meio século no âmbito das Ciências Humanas, estruturada por meio de técnicas ou fases específicas para análise das comunicações, sendo elas: pré-análise; análise do material; e tratamento dos resultados.

A pré-análise corresponde à organização e sistematização do material a ser analisado, com leituras superficiais para um primeiro contato, e faz referencia à seleção dos materiais e documentos que serão empregados pela pesquisa analítica. Ao final, sobre o tratamento dos resultados. tem por base a interpretação, trabalhos estatísticos e codificação e elaboração de tabelas e quadros (SANTOS; RAMIRES,

2009). Assim, é diferente da análise do discurso, que se pauta principalmente pela natureza verbal no processo de constituição do sujeito e pelos sentidos que afetam a relação social de poder do nível discursivo, e não apenas pela imposição de informações – que é o caso da análise de conteúdo (SOUZA JÚNIOR, 2009).

A análise de conteúdo pode ser realizada em diferentes materiais, como livros, jornais, entrevistas, artigos de periódicos, dissertações, anais de eventos, entre outros. Para isso, concordamos com o ponto de vista estabelecido por Gobbi e Pessoa (2009, p.487) de que a “análise de conteúdo, reduz o risco de enquadramento, forçosamente, a realidade em modelos, uma vez que, pelo procedimento que adota, permite que questões não suscitadas possam emergir no avanço da pesquisa”.

Nesse sentido, constitui-se em uma técnica que, entre seus procedimentos, tem por objetivo descrever o conteúdo enunciado em uma forma de comunicação e permite ter o acesso de diferentes conteúdos – diretamente explícitos, ou não, em um texto – às subjetividades de um sujeito, entre outros pontos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, para a elaboração deste artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma revisão teórico-conceitual, utilizando também fontes de pesquisa como, artigos científicos, periódicos, dissertações e teses, além de análise documental para compreender tais questões.

Devemos lembrar que, para esta análise, foi preciso criar alguns critérios para não ocultar ao máximo algumas técnicas de pesquisas presentes nos estudos. Assim, inicialmente, optou-se pela identificação das técnicas de pesquisa apresentadas pelo próprio autor do artigo junto aos seus procedimentos metodológicos. Posteriormente, quando inexistia referência às técnicas nos trabalhos, procedeu-se à leitura e identificação no corpo do texto.

Outro procedimento também analisado foi a verificação de quais tratamentos foram empregados pelos pesquisados em relação às informações obtidas ao uso de cada uma das técnicas de pesquisa. Diante disso, as análises realizadas foram cuidadosamente tabuladas e colocadas em um quadro conforme as técnicas utilizadas apareciam em cada um dos trabalhos. O aspecto priorizado diz respeito às técnicas empregadas nos estudos, independente do estágio em que se encontrava a pesquisa.

A opção pela escolha dos trabalhos publicados nos *Anais* do Simpósio Nacional de Geografia Política e do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, justifica-se pelo fato de constituírem eventos de natureza nacional, especializados no campo da Geografia Política, de grande representatividade no cenário científico pela participação de pesquisadores de todo o país. Desse modo, trata-se de uma reunião específica de divulgação de pesquisas vinculadas a essa área da Geografia que vem atraindo especialistas em diferentes regiões do Brasil, demonstrando uma verticalização teórica, com uma reunião significativa em número de expositores regularmente.

O I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder foi realizado em Curitiba (PR) no ano de 2009, onde reuniu importantes pesquisadores e propiciou

uma discussão crítica contemporânea de algumas questões sobre as abordagens territoriais no Brasil. Foi uma iniciativa para debater os conceitos temáticos do campo da Geografia Política, em voga nos espaços acadêmicos. A segunda edição desse evento e, paralelamente o I Simpósio Internacional de Geografia Política, Território Transfronteiriço foi realizado na cidade de Foz do Iguaçu (PR) no ano de 2011, que proporcionou aos participantes um maior contato com a produção científica e a técnica voltadas à Geografia Política, território e poder, bem como à possibilidade de refletir sobre as transformações presentes no território em varias escalas.

Mantendo-se por uma periodicidade bienal, o III Simpósio Nacional de Geografia Política realizou-se no ano de 2013 em Manaus (AM), cumprindo seu papel de apresentar uma discursividade a fim de evidenciar as rápidas mudanças que transcendem no arranjo político do mundo e expondo, de modo explícito, tamanha importância e relevância para esse campo científico e para o avanço teórico nas relações de poder pelos diversos agentes.

No ano de 2014, organiza-se o I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO) na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Nesse contexto, o discurso proposto do evento aproxima-se das políticas institucionais que estão sendo transformadas pelas dinâmicas espaciais.

Isso implica dizer que esses eventos no Brasil oferecem uma abertura às abordagens teóricas da Geografia Política, que até então inexistiam. Entende-se que eles refletem as mudanças que acompanham sua agenda temática, bem como a própria condução em discussões e produções científicas que se faz no país.

A PRESENÇA DAS TÉCNICAS DE PESQUISA: UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL NOS ESTUDOS EM GEOGRAFIA POLÍTICA

Os textos consultados para o alcance dos propósitos do estudo situam-se através de algumas tradicionais técnicas de pesquisa das Ciências Sociais.

Os trabalhos permitiram verificar o uso incondicional da análise documental, tanto em trabalhos com problemáticas que permeiam questões de escalas mais amplas – como a globalização, geopolítica e conflitos entre países, relações internacionais, transformações políticas do mundo, entre outros – quanto no caso específico de estudos que trazem análises na descrição e explicação do local. Assim, a pesquisa documental também se mostrou uma fonte para coleta de dados essencial, pois permite a análise por meio de diversos documentos, escritos ou não, tais como: documentos de arquivos públicos, publicações de parlamentares, senos, documentos de arquivos privados, legislações, relatórios, jornais, Anais de eventos, etc. Dessa forma, concede fundamentais informações na estruturação e sustentação dos estudos (MARCONI; LAKATOS, 2002).

É possível indicar assim alguns instigantes estudos, como os trabalhos de Alves e Oliveira (2013), que utilizam *Anais* dos Encontros de Geógrafos da América Latina (EGAL); Brito (2013), que faz uso do Livro de Belas Artes, do Livro dos Lugares e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Silva e Munhoz (2014) pauta-se através da análise do tratado de cooperação para o apro-

veitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim, como outros documentos relacionados à gestão e à cooperação.

Podemos perceber na Tabela 01 o quanto foi diversificado o emprego das técnicas de pesquisa nas produções científicas.

Tabela 1 – Distribuição das técnicas de pesquisas encontradas nos trabalhos publicados nos eventos de Geografia Política (2009-2014)

Técnicas de Pesquisas	2009	2011	2013	2014	Total dos trabalhos *	% dos trabalhos**
Análise do Discurso	1	2	14	4	21	5%
Entrevista	22	34	18	18	92	22%
Questionário	12	6	5	5	28	6,6%
Trabalho de Campo	63	30	30	28	115	27,5%
Observação (participante)	12	8	9	5	34	8,1%
Formulário	1	1	0	0	2	0,4%

Fonte: Informações extraídas dos Anais dos eventos de Geografia Política nas edições 2009; 2011; 2013; 2014. Org.: TEIXEIRA, V. (2014).

*Foram analisados um total 418 trabalhos publicados, sendo 118 trabalhos no I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder; 169 trabalhos no II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder; 111 trabalhos no III Simpósio Nacional de Geografia Política; 120 trabalhos no I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território.

** Alguns artigos apresentaram mais do que uma técnica de pesquisa, bem como verifica-se uma significativa presença de artigos apenas com análise documental e bibliográfico, o que justifica o número porcentual obtido.

Em termos comparativos, o III simpósio em Manaus além de constar o trabalho de campo e a entrevista como técnicas mais empregadas por aqueles estudos, a análise do discurso vem logo atrás evidenciando um riquíssimo instrumento de pesquisa com 14 trabalhos. No II Simpósio a entrevista se mostra em 34 trabalhos, o trabalho de campo vem em seguida identificado em 30 trabalho e a observação participante como uma terceira técnicas em uso dentro de 8 trabalhos. No I simpósio como no I Congresso de Geografia Política o trabalho de campo e a entrevista comparecem sob um enorme tratamento na realização dos trabalhos, e logo com números bem inferior, verifica-se a presença do questionário e da observação participante.

Com base nesses números, podemos inferir que a Geografia Política renova-se pela disponibilidade de técnicas que valoriza uma perspectiva crítica, e por compreender as relações e implicações de poder no território sob intensas mudanças, assim, esse campo da Geografia possui uma flexibilização em termos do uso de técnicas e matérias de pesquisas.

A análise permitiu verificar em números gerais que os textos indicam o emprego recorrente ao uso do trabalho de campo, sendo que, dos 418 trabalhos analisados ao todo, o uso dessa técnica compareceu em cerca de 27,5 % dos estudos. Cabe, dessa forma, destacar que a técnica de trabalho de campo, juntamente com a técnica de entrevista, compareceram lado a lado em números significativos em cada evento realizado, posto que o trabalho de campo faz referência à compreensão e leitura do espaço e suas questões presentes sob o contexto e busca, nessa relação, teoria e prática (GOBBI; PESSÔA, 2009, p. 487). Isso, para as pesquisas ligadas à Geografia Política, em alguns momentos, é um desafio, tendo em vista que “as pesquisas de Geografia Humana abordam em muitos casos, questões que não podem ser mensuradas, pois trabalham com elementos subjetivos” (CHELOTTI; PESSÔA, 2009, p.449).

Assim, devido a essas características, nem todos os estudos fazem uso dessa técnica de pesquisa. No entanto, essa ausência não pode ser relacionada ao fato de uma “preferência” na obtenção de dados por outros meios estatísticos pelos geógrafos nas abordagens políticas no espaço. Pelo contrário, isso reflete em várias questões, como por exemplo ao estágio em que se encontram a pesquisa e as escalas geográficas utilizadas no estudo. O emprego ou não de cada técnica está relacionado às “mais adequadas ao seu objeto de estudo e as quais consiga alcançar resultados para o desenvolvimento do estudo” (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 283).

Destacamos dois exemplos de artigos analisados com o uso de trabalho de campo: Marin e Milan (2009), sobre o território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização no estudo de caso sobre a UHE; e Silva (2011), que procura analisar em um estudo de caso o processo de formação do núcleo de reassentamento desde a desterritorialização das populações ribeirinhas em razão da construção da barragem até a tentativa de (re) territorialização.

Em relação ao uso da técnica de entrevista, soma-se um total de 22% dos trabalhos analisados. Uma “técnica que possui contato direto com o informante” (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 286). No trabalho de Diniz (2014), a entrevista encontra-se presente como forma de obtenção de dados junto à população e representantes políticos que permitam analisar as transformações sucedidas na paisagem após a implantação do lago de Furnas em seu estudo de caso, bem como a relação do poder público e da população local. Em outro trabalho, de Kroeft e Böhm (2014), as entrevistas foram aplicadas junto a lideranças e gestores públicos, população de bairros e grupos de pescadores, associações comunitárias, entre outros, de modo a permitir refletir a questão de empreendimentos em licenciamento.

A técnica de observação foi utilizada em 8.1% dos trabalhos. Com isso, percebe-se como ainda é notória sua utilização na preocupação de captar o embate existente para compreender a configuração espacial, bem como os motivos e a ação dos atores políticos na realidade. É claro que o uso dessa técnica nesses estudos acabou sendo incorporado muitas vezes em conjunto às demais, como podemos ver nos trabalhos de Kovalczuk (2013), que ao buscar estudar as assimetrias na formação socioespacial a partir das diferentes dimensões coexistentes em seu estudo de caso fez uso de observação direta das atividades do grupo estudado, entrevista

com informantes e observação controlada; ou no estudo de Rodrigues (2013) sobre o discurso do Grupo Cultural AfroReggae e como se dão suas práticas de territorialidade, onde o autor fez uso de entrevistas, análise documental das letras da banda AfroReggae, filmes e livros produzidos pelo grupo e trabalho de campo; ou ainda em Brügger (2013), que ao buscar uma análise da redefinição do território da feira livre fez uso da observação participante e de entrevistas semiestruturadas.

A técnica de pesquisa do questionário apareceu em 6% dos trabalhos analisados, essa que expressa uma importante qualidade das informações recebidas nos aspectos descritos, percepções pessoais, sujeitos envolvidos, concepções e interesses do poder público e no funcionamento. Temos, por exemplo, o trabalho de Souza (2014) sobre as condições que permitiram ou dificultaram a criação de novos municípios, onde o uso do questionário se mostrou essencial, acompanhado por outras técnicas. Em Rios (2014), o questionário é imprescindível para compreender a articulação sobre a dimensão político-territorial dos consórcios públicos intermunicipais.

O emprego da análise do discurso apareceu em 5% dos trabalhos. Assim, concorda-se com Silva (2009) quando esta diz que se trata de uma técnica pouco utilizada nos estudos geográficos pelo fato de estar ligada à categoria da materialidade da linguagem. Ainda segundo a autora, “falta a geografia problematizar com verticalidade a linguagem como uma de suas categorias precípuas. Compreender como as práticas e seus sujeitos são imersos nos discursos e como esses permeiam as entrelinhas [...]” (SILVA, 2009, p. 117). É um plano de análise da Geografia Política que se encontra em aberto, tendo em vista a forma de interpretar determinados espaços políticos, as instituições e o discurso que as mesmas mantêm como estratégia de poder para o território, ou seja, os discursos nunca são inocentes, possuem intencionalidades para a materialização de ações e são propagados, em alguns casos, como verdades. Desse modo, é uma técnica que busca verificar a materialidade da linguagem e, portanto, as subjetividade do sujeito. Vemos isso no trabalho de Melo Filho (2014) quando retrata sobre os discursos produzidos através do patrimônio mundial.

Destacamos que técnicas, tais como entrevista e questionário, foram incorporadas a outras, subsidiando fatos e resultados da pesquisa, a exemplo dos estudos de Fraga e Ludka (2013) com o uso da análise empírica e documental, da pesquisa de campo, do levantamento da história oral para analisar, em um estudo de caso, a compreensão da construção do território e da identidade e os fragmentos da Guerra do Contestado; e em Silva e Scacabarossi (2013), com o emprego de questionários e do trabalho de campo ao tratar de identidades territoriais e territorialidades vistas na produção do espaço urbano.

Já o formulário, se mostrou uma técnica pouco utilizada, comparecendo em 0,4% dos trabalhos.

Os textos analisados permitem uma reflexão coletiva das pesquisas em Geografia Política no Brasil e o acompanhamento do uso desta ou daquela técnica de pesquisa nesses estudos. Assim, no recorte temporal proposto pelo trabalho (2009-2014), é possível apontar que essa realidade traduz um avanço para o seu conjunto teórico

à medida que demonstra como o fazer teórico e prático andam juntos nas possibilidades de explicar o real, tendo em vista as mudanças constante no cenário político.

Os dados obtidos permitem refletir que as ferramentas de que se ocupam os geógrafos políticos para a atividade de pesquisa auxiliam, o pesquisador no desenvolvimento da “tarefa de fazer pesquisa” e contribuem na compreensão dos fenômenos políticos que eram “invisibilizados” e/ou “naturalizados” em contextos anteriores.

Nesse sentido, compreender as ausências de algumas técnicas de pesquisas nos trabalhos está longe de fazer referência a uma menor importância delas para as pesquisas. Significa, sim, reconhecer que as características são complexas no fazer da Geografia ou que determinadas técnicas não se aplicam a algumas problemáticas em seus estudos.

Em relação ao tratamento oferecido pelos dados obtidos pelo uso dessas técnicas, verifica-se que, na maioria desses trabalhos, encontravam-se organizados em mapas, gráficos, tabelas, quadros e fotografias. Assim, constata-se o uso de softwares para montar bancos de dados. Nesse caso, fica demonstrado o rompimento que os estudos recentes da Geografia fazem em relação a velhas dicotomias nos estudos entre Geografia Física e Humana de que uma é tomada como quantitativa e a outra qualitativa. Portanto, no cenário atual, o uso mais quantificado sobre os fenômenos se faz presente na Geografia em geral como forma de enriquecer as discussões teóricas. Tais características são visíveis, por exemplo, nos estudos eleitorais, pelas realidades socioespaciais muito distintas no Brasil, e na configuração do território pelas políticas públicas.

Tendo isso em vista, diante da complexidade dos fenômenos políticos que se encontra hoje não existe um modelo a seguir, o uso quantitativo é tão rico quanto o qualitativo. Um oferece a base para o outro conforme o recorte espacial e temporal e a natureza estudada. Desse modo, entendemos que ambas as dimensões se mostram fundamentais e que não se deve fazer uma restrição do uso de uma ou de outra para cada campo teórico da Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo por base apenas um segmento (os Anais dos eventos especializados em Geografia Política no Brasil), que apresenta um conjunto de produções a partir das abordagens em Geografia Política nacional, acreditamos que as técnicas, além de representarem uma parte distinta e com grande articulação na base de um trabalho, permitem evidenciar a situação das pesquisas na orientação em seus estudos, que não são unicamente teóricos como muitos erroneamente entendem. Assim, além da análise documental, verifica-se técnicas de pesquisas “tradicionais”, como é o caso do trabalho de campo, mas acrescidas por outros recursos – nesse caso, entrevistas, questionários, etc o que possibilita uma diversidade de ideias e colaboram além do embasamento dos dados com o referencial teórico em Geografia Política. Sob esta perspectiva é notória a preocupação das pesquisas em buscar a raiz do problema que se está estudando, e não apenas explicar as formas aparentes (o que está visível), mas também a maneira com que se constituem e as relações

de poder subsumidas nas formas – o que também justifica a grande recorrência de trabalhos com o uso da análise documental para entender e subsidiar as discussões.

Inclusive, verificamos que essas pesquisas predominantemente manifestam várias escalas de análise, não se concentram unicamente na escala local ou nacional. São estudos que valorizam a dimensão política no espaço, apontando novas temáticas ou reforçando outras. De modo geral, são investigações que trazem o foco territorial de diferentes instâncias e organizações de poder e sobre o aparelho do Estado, isto é, são estudos pautados na organização e gestão da sociedade, de modo que ultrapassam antigas concepções, oferecendo novas possibilidades em pesquisas, com reflexões mais críticas sobre temáticas voltadas para a Geografia Política, e o uso das técnicas permite esse alcance ou aproximação.

O trabalho de campo se mostrou como uma grande ferramenta para os geógrafos, presente em 27,5% dos trabalhos, fato que confirma sua representatividade no uso no cenário contemporâneo de produção científica, do fazer geográfico, da análise dos fenômenos políticos e dos campos de força do espaço geográfico, norteando a prática e postura do pesquisador. Assim, fica claro que, diante das inúmeras possibilidades de análises e técnicas presentes hoje, esta não foi deixada de lado e encontra-se inserida junto às demais técnicas, o que confirma que é uma técnica de pesquisa que não prioriza a análise “[...] dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos”. (SERPA, 2006, p.10).

Ao lado dessa técnica, vemos a entrevista e a observação participante com uma porcentagem significativa. Assim, entendemos que cada uma possui um papel preponderante aos seus estudos, que elas ampliam a capacidade de compreensão da espacialização dos fenômenos políticos e dos sujeitos, mas que são meios para o estudo, e não o fim. Do mesmo modo, não eliminam ou limitam as demais possibilidades, isso porque o objeto da Geografia Política – e das Ciências Sociais em geral – permite uma flexibilização com relação ao emprego de técnicas e materiais de pesquisa alternativos.

TECHNIQUES AND RESEARCH MATERIALS IN STUDIES OF POLITICAL GEOGRAPHY: SOME REFLECTIONS

ABSTRACT

This article aims to bring an overview about the research techniques used in the Political Geography studies, based on the latest scientific production (2009-2014), in the light of the papers published in the Proceedings of the National Symposium on Political Geography and the Brazilian Congress Political Geography, Geopolitics and Land Management (CONGEO). Methodologically, to the writing of this article, a literature and a theoretical-conceptual review was carried out using research sources such as scientific, journal articles, and documentary analysis to understand such issues. We must remem-

ber that, for this analysis, it was necessary to create some criteria for not hide the most of some research techniques present in the studies. So, initially, it was decided to identifying research techniques presented by the author of the article along with their own methodological procedures. Later, when there was no reference to techniques in the work, proceeded to read and identification in the text. Therefore, the analyzes were carefully tabulated and placed on the table as the techniques used appeared in each of the studies. A total of 418 studies reviewed, three techniques showed significantly: 27.5% made use mainly of field work, 22% of interview and 8.1% of participant observation. We understand that each has an important role to the study of political geography, which extends the capability of understanding the political phenomenon, but that does not eliminate or limit other contemporary possibilities of research techniques.

Keywords: Political Geography; Technical research; Annals.

TÉCNICAS Y MATERIALES DE INVESTIGACIÓN EN LOS ESTUDIOS DE GEOGRAFÍA POLÍTICA: ALGUNAS REFLEXIONES

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo acercar una visión general acerca de las técnicas de investigación utilizadas en los estudios de geografía política, basada en la última producción científica (2009-2014), a la luz de los artículos publicados en las Actas del Simposio Nacional de Geografía Política y el Congreso Brasileño de Geografía Política, Geopolítica y Ordenamiento Territorial (CONGEO). Metodológicamente, la redacción de este texto es un artículo literario y un examen teórico - conceptual que fue realizado con fuentes de investigación como artículos científicos, revistas y análisis documental para entender estas cuestiones. Hay que recordar que, para este análisis, fue necesario crear algunos criterios para no ocultar la mayor parte de algunas técnicas de investigación presentes en los estudios. Así que, inicialmente, se decidió identificar las técnicas de investigación presentados por el autor del artículo junto con sus propios procedimientos metodológicos. Más tarde, cuando no había ninguna referencia a las técnicas en el trabajo, se procedió a leer y a identificar el texto. Por lo tanto, los análisis se tabulan cuidadosamente y se colocan sobre la mesa las técnicas utilizadas aparecieron en cada uno de los estudios. Un total de 418 estudios revisados, tres técnicas mostraron significativamente: el 27,5 % hizo uso principalmente del trabajo de campo, el 22% de la entrevista y el 8,1 % de la observación participante. Entendemos que cada uno tiene un papel importante para el estudio de la geografía política, que amplía la capacidad de comprender el fenómeno político, pero eso no quiere eliminar o limitar otras posibilidades contemporáneas de las técnicas de investigación.

Palabras clave: Geografía Política; Investigación técnica; Anales.

REFERÊNCIAS

I SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER. Curitiba, Anais, 2009.

II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER. Foz do Iguaçu, Anais, 2011.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Manaus. Anais, 2013.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. Rio de Janeiro, **Anais eletrônicos** 2014. Disponível em < <http://www.editoraleta1.com/anais-congeo/>> Acesso em 09 abr. 2015.

ALVES, Flamarion Dutra. **Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana**. DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n°1, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRÜGGER, Aline Pandeló. Redefinição do território da feira livre: um estudo explanatório sobre apropriação do espaço na avenida Brasil em Juiz Fora – MG. **Anais III Simpósio Nacional de Geografia Política**. p.1671-1682, 2013.

CASTRO, Iná Elias et al. **Espaços de Democracia para a agenda da Geografia Política contemporânea**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Faperj, 2013.

CASTRO, Iná Elias **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CLAVAL, Paul. The nature and scope of Political Geography. **Terra Livre**, Goiânia Ano 21, v. 1, n. 24 p. 1-269, 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa qualitativa com sujeitos da Reforma Agrária: desafios metodológicos em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSOA, V. L. S. (Orgs). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

DINIZ, TAMIRIS BATISTA. O lago de furnas como transformador da paisagem do município de fama, MG. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 476-483.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed, São Paulo: Saraiva, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. Anulação Do Mundo Livre Do Contestado: O caso do território e da identidade no município de Bela Vista do Toldo,

SC. Anais III Simpósio Nacional de Geografia Política 2013

KOVALCZUK, Maricler Salete Wollinger. As Assimetrias Políticas Na relação de espaço e poder nos bairros São Cristóvão e Limeira em União Da Vitória – PR. **Anais III Simpósio Nacional de Geografia Política**, 2013.

KROEFF, Lia Lutz; BÖHM, Renata Falck Storch. O Diagnóstico socioambiental participativo (Dsap) como recurso de articulação entre as diferentes escalas de poder de empreendimentos em processo de licenciamento: O estudo de caso do Porto Itapoá. **Anais I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 361-371

LEFEVRE, Fernandes.; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educ, 2003. (Desdobramentos).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBRI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de Campo. In RAMIRES, J. C.; PESSOA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOS, Valéria. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, .nº 84, p. 105 – 136, 2006.

MARIN, Mario Zasso; MILAN, Silvia. Usina Hidrelétrica Machadinho-Rs: Impactos Socioterritoriais. **Anais I Simpósio Nacional De Geografia Política, Território E Poder**, 2009.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematisando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, Presidente Prudente/SP, v. 4, [s.i], p. 9-32, 2010.

MELO FILHO, Dirceu Rogério Cadena De. Geopolítica crítica do patrimônio mundial: os discursos dos estados na unesco. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto

Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 80-92.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica, Ciência Política e relações Internacionais. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, 2014. p.11-32

OPUCHKEVITSEK, Kelly. Silva, Márcia da. As relações de poder político-econômico da empresa Ibema Cia Brasileira de papel no município de Turvo – PR. **Anais I Simpósio Nacional De Geografia Política, Território E Poder**. 2009.

RAFFETIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993

RIOS, Ricardo Bahia. A dimensão político-territorial dos consórcios públicos intermunicipais: uma análise da espacialidade no contexto brasileiro. **Anais I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. 2014, Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1329-1341.

RODRIGUES, Guilherme do Nascimento. Discurso, Ações E Territorialidade Do Grupo Cultural Afroreggae. **Anais III Simpósio Nacional de Geografia Política**, p.677-692, 2013.

SANGUIN, André Louis. A evolução e renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, nº 252, vol. 35, 1977

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar Lima. A violência urbana em Uberlândia nas reportagens de jornal: um exemplo de análise de conteúdo. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SCACABAROSS, Haroldo; SILVA, Gládis de Fátima Nunes da. A Percepção de território e territorialidade no extremo norte de Roraima. **Anais III Simpósio Nacional De Geografia Política** 2013.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na geografia. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SILVA, Marcelo Lacerda da. Território e poder no núcleo de reassentamento da moenda no município de São Gonçalo dos Campos – BA. **Anais II Simpósio Nacional De Geografia Política, Território e Poder e I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços**, 2011.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005. (Tese de doutorado em Geografia)

SERPA, Ângela. **O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica**. São Paulo: AGB, nº. 84, 2006.

SOUZA JÚNIOR. Xisto Serafim de Santana. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais

urbanos de João Pessoa-PB. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SOUZA, Romilda Assunção. Condições que favorecem ou impossibilitam a criação de municípios: um estudo comparado entre distritos emancipados e não-municípios. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRA-GEO, 2014, p. 769-780.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geomorfologia: uma (re)leitura**. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 2002, p. 15-23.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. O papel da técnica no processo de produção científica. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº. 84, 2006.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2012.

JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana Souza. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa – PB. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

Barragem no rio Guapiaçu? Conflitos socioambientais e estratégias de resistência. PALUDO, Daiane Flores. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, v. 7, nº 1, p.405-419. 2013.

MATOS, Patrícia F.; PESSOA, Vera Lucio Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

ALMEIDA; Emerson G.; FERREIRA, William R. F. A Entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o motoxismo em Ituiutaba (MG). In: RAMIRES, J. C.; PESSÔA V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.